

Jihad e Contrainsurgência: Concepções Distintas da Guerra Psicológica

Major Alessandro Visacro, Exército Brasileiro

A DOCTRINA MILITAR DO século XX foi influenciada sobremaneira pelas ideias de Carl Von Clausewitz, para quem “o desarmamento do inimigo era o objetivo de qualquer ato de guerra”¹. De acordo com o ilustre prussiano, “desarmar um Estado” não possuía o sentido estrito da palavra, mas, de qualquer forma, era “preciso conquistar o território” e “destruir as forças militares. O que significa que estas teriam de ser colocadas em tais condições que se tornassem incapazes de prosseguir o combate”². Apesar de admitir “nem sempre ser necessário combater até que um dos campos fosse aniquilado”³, Clausewitz fez largo uso da expressão “destruição das forças militares do inimigo”⁴ em sua consagrada obra “Da Guerra” e os soldados profissionais, em sua fiel ortodoxia, interpretaram-na literalmente. As duas guerras mundiais, as operações de busca e destruição conduzidas pelos norte-americanos no Vietnã e a brilhante aplicação da doutrina da batalha ar-terra durante a operação *Desert Storm*, em 1991, são alguns exemplos que poderiam bem ilustrar a ampla aceitação dos dogmas de Clausewitz no decurso do último século.

Entretanto, uma análise um pouco mais acurada dos conflitos ocorridos no Terceiro Mundo, durante o período da Guerra Fria, suscita conclusões contrárias. Militarmente, os franceses não foram batidos na Argélia, os Estados Unidos não foram derrotados no sudeste asiático e os portugueses venceram em Angola e Moçambique, contudo, paradoxalmente, perderam essas guerras de forma incontestável. Pois, como bem observou Sigmund Neumann,

“... a guerra moderna é de natureza quádrupla – diplomática, econômica, psicológica e, apenas como último recurso, militar.”⁵

Ainda que a maioria dos soldados profissionais continue impregnada das ideias de Clausewitz, a destruição das forças inimigas, a conquista do terreno e a posse de acidentes capitais possuem valor secundário, se não irrelevante, no campo de batalha assimétrico, no combate irregular ou na guerra de quarta geração. Em conflitos dessa natureza, o verdadeiro centro de gravidade (ou *schwerpunkt* como diriam os competentes alemães) encontra-se no apoio da população. Moradores locais são capazes de dar suporte a organizações terroristas, células subterrâneas e grupos paramilitares no nível tático, viabilizando, direta e indiretamente, o funcionamento dos diferentes sistemas operacionais. Em termos estratégicos, podem, com o seu apoio, protelar por tempo indeterminado o término do conflito. Politicamente, exercem pressão sobre decisões governamentais e influenciam a opinião pública doméstica e internacional. Assim sendo, é lícito afirmar que a guerra assimétrica, em sua essência, resume-se à luta pelo apoio da população, realçando claramente a importância que deve ser atribuída às operações psicológicas.

As campanhas militares desencadeadas pelos Estados Unidos na Ásia Central e no Oriente Médio, em resposta aos atentados perpetrados pela *Al-Qaeda* em setembro de 2001, colocaram em evidência dois modelos distintos de luta pelo apoio da população: o ocidental e o islâmico. De um modo geral, os preceitos que norteiam a conduta das forças ocidentais desdobradas

O Major Alessandro Visacro é oficial de infantaria da turma de 1991 da Academia Militar das Agulhas Negras. Possui os cursos de aperfeiçoamento de oficiais, básico pára-quedista, mestre de salto pára-quedista, ações de comandos, forças especiais e comando e estado-maior. Exerceu as funções de oficial subalterno no 29º Batalhão de Infantaria Blindado e no 26º Batalhão de Infantaria Pára-quedista. Serviu no 1º

Batalhão de Forças Especiais, onde foi instrutor dos cursos de ações de comandos e forças especiais. Entre 2003 e 2007, serviu na 3ª Companhia de Forças Especiais, organização militar sediada em Manaus (AM) e diretamente subordinada ao Comando Militar da Amazônia. Atualmente, desempenha as funções de oficial de estado-maior no Comando da Brigada de Operações Especiais do Exército Brasileiro.

no Iraque e no Afeganistão apresentam certa homogeneidade, pois se fundamentam na bem-sucedida contra-insurgência conduzida pelos britânicos na Malásia, entre os anos de 1951 e 1960. Ademais, os países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte compartilham uma doutrina comum.

O mesmo não acontece, porém, com o islamismo político, que se revela um movimento multifacetado. As ações do *Harkat-ul-Mujahidin* (HUM) paquistanês, da *Jihad* Islâmica egípcia ou da Frente Islâmica de Salvação (FIS) argelina, por exemplo, apresentam entre si significativas discrepâncias. No campo das operações psicológicas, algumas facções de luta armada têm sido inadvertidamente absorvidas por um ciclo crescente de violência que faz do terror um fim em si mesmo, atraindo a reprovação da opinião pública e perdendo, por conseguinte, o imprescindível apoio da população. Entretanto, duas organizações se destacam por seus notáveis feitos, são elas: o palestino Movimento da Resistência Islâmica (*Hamas*) e o Partido de Deus (*Hezbollah*) libanês, cujos métodos semelhantes têm lhes assegurado expressivas vitórias, auferidas por uma sólida base de apoio popular.

Comparar ambos os modelos de luta pelo apoio da população (a consagrada doutrina ocidental de “corações e mentes” e a fórmula bem-sucedida aplicada pelo *Hamas* e pelo *Hezbollah*) permite ampliar a própria capacidade de compreensão dos conflitos armados no século XXI. Porquanto, algumas diferenças que, aparentemente, não passam de mera semântica, na verdade, encobrem, de forma sutil, estratégias e concepções bastante distintas de guerra psicológica.

Corações & Mentes na Contra-insurgência

“A única maneira de se acabar com uma insurreição está na remoção das condições econômicas e sociais nocivas que deram origem à revolta.”

—Bevin Alexander⁶

Na verdade, não existe muita divergência acerca dos fundamentos da contra-insurgência (COIN). Os manuais militares, em todo mundo, versam, basicamente, sobre as mesmas ideias.

Eles apontam, de um modo geral, para a necessidade de uma abordagem civil militar integrada; a ênfase na promoção de reformas sociais e no desenvolvimento de políticas públicas focadas na melhoria das condições de vida da população, em detrimento da condução de operações de combate de maior envergadura; apontam para a necessidade preponderante de isolar os guerrilheiros e os terroristas da população civil; a necessidade de privar os insurretos de seus apoios domésticos, de seus locais de refúgios e de seus patrocinadores externos; enfatizam a importância das operações psicológicas, das atividades de inteligência e das missões tipo polícia; advogam o emprego moderado da força letal e o uso de forças nativas de segurança.

Unidades militares operam, em ambientes de quarta geração, com restrições legais, políticas, geográficas e temporais, além de se verem privadas da plena liberdade de empregar seu poderio bélico convencional. Na disputa vital pelo apoio da população, as forças regulares e os demais órgãos de segurança do Estado devem combater o proselitismo radical das organizações militantes, proporcionando aos moradores locais “segurança e esperança”. Para tanto, defrontam-se com os seguintes óbices e desafios:

- necessidade de proporcionar segurança à população local, a despeito da atuação de células terroristas, milícias locais, forças paramilitares e grupos de guerrilha;
- necessidade de impor medidas complementares de segurança que restringirão os direitos civis e tornar-se-ão impopulares;
- necessidade de assegurar a legitimidade de suas ações, dispondo de uma legislação que nem sempre proporciona o adequado suporte jurídico às operações militares e às atividades policiais;
- suportar um número crescente de baixas por tempo indeterminado, sem intensificar a resposta armada de forma desproporcional;
- obter inteligência de boa qualidade, que viabilize a execução de operações precisas (“cirúrgicas”), a fim de reduzir ao máximo os danos colaterais, isto é, a ocorrência de baixas entre civis inocentes e a destruição de seu patrimônio;

- disponibilidade de uma propaganda eficaz, que proporcione transparência aos objetivos, métodos e resultados das operações militares;

- necessidade de neutralizar a propaganda dos insurgentes, por meio de amplas campanhas de operações psicológicas, que atendam às demandas prioritárias da população local.

Sendo o apoio da população o verdadeiro centro de gravidade dos conflitos irregulares, compete ao Estado assenhorar-se desse apoio por meio da ampla aceitação pública de sua legitimidade. Portanto, todos os esforços empreendidos na COIN devem possuir como objetivo principal assegurar, respaldar e fortalecer a legitimidade do poder central. Orientadas nesse sentido, as forças armadas e as corporações policiais devem:

- atuar dentro dos limites legais, dispendo, para tanto, de um arcabouço jurídico adequado às ações policiais e à condução das operações militares;

- apresentar conduta ética e, tanto quanto possível, transparente;

- fazer uso limitado da força letal e

- sobretudo, colaborar para que sejam dadas respostas eficazes às necessidades básicas, aos anseios e às reivindicações da população local.

Se as forças insurgentes mostraram-se capazes de se desenvolver além de seus estágios iniciais de organização e expansão, tornando-se uma ameaça factível ao poder do Estado, é lícito supor, portanto, que existe um ambiente político-social degradado o bastante para fomentar a violência coletiva. O poder central encontra-se, ao menos momentaneamente, em desvantagem. Dessa forma, para que tenha êxito, o Estado, necessariamente, deverá formular uma abordagem política e militar integrada, calcada em empreendimentos públicos destinados a atender às demandas sociais, invalidando o proselitismo radical e o apelo dos insurretos à luta armada.

O Estado só terá vencido quando contar com o apoio ativo da população, deixando os grupos insurretos, permanentemente, isolados dos habitantes locais. Se isso acontecer, as facções armadas ainda poderão permanecer ativas, conservar alguma capacidade operacional ou desenvolver intensas atividades; contudo, a partir desse momento, estarão derrotadas,

absorvidas por um ciclo decadente e infrutífero de violência. De acordo com o General britânico Nigel Aylwin-Foster:

“A doutrina de contra-insurreição ocidental geralmente identifica a ‘campanha de corações e mentes’ – conquistar e manter o apoio da população doméstica para isolar o insurreto – como a chave para o êxito. Por isso, percebe o povo como um instrumento potencialmente vantajoso. Além disso, reconhece que as operações militares têm que contribuir para a realização deste efeito e ser subordinadas à campanha política. Isso implica que, acima de tudo, uma força de contra-insurreição deverá ter duas habilidades que não são necessárias na guerra convencional: primeiro, tem de ser capaz de visualizar os assuntos e as ações sob a perspectiva da população doméstica; segundo, tem que entender o valor relativo de força e como a força excessiva, até quando for aparentemente justificável, poderá facilmente enfraquecer o apoio popular.”⁷

Somos, portanto, obrigados a reconhecer que a legitimidade do Estado e o apoio da população constituem, de fato, as questões centrais da COIN. Todos os militares e civis envolvidos, direta ou indiretamente, na erradicação de ameaças assimétricas devem ter em mente que qualquer ação deverá ser avaliada, necessariamente, sob o prisma da contribuição que prestará para o fortalecimento da legitimidade do poder central e para a conquista dos “corações e mentes” da população local.

Síntese da Construção do Pensamento Islâmico Radical

“Por certo, nós fizemos descer o Alcorão e, por certo, dele somos Custódios.”

—Alcorão 15:9

O Islã é uma religião completa, na verdadeira acepção da palavra. Associá-lo à violência perpetrada por organizações extremistas, apontando-o como a causa de atentados terroristas ou ataques deliberados contra civis inocentes seria, no mínimo, injusto e equivocado. O próprio uso do termo “fundamentalismo”, que pressupõe uma interpretação literal das escrituras, é inadequado, pois o que prega o *salafismo jihadista* internacional é, na verdade,

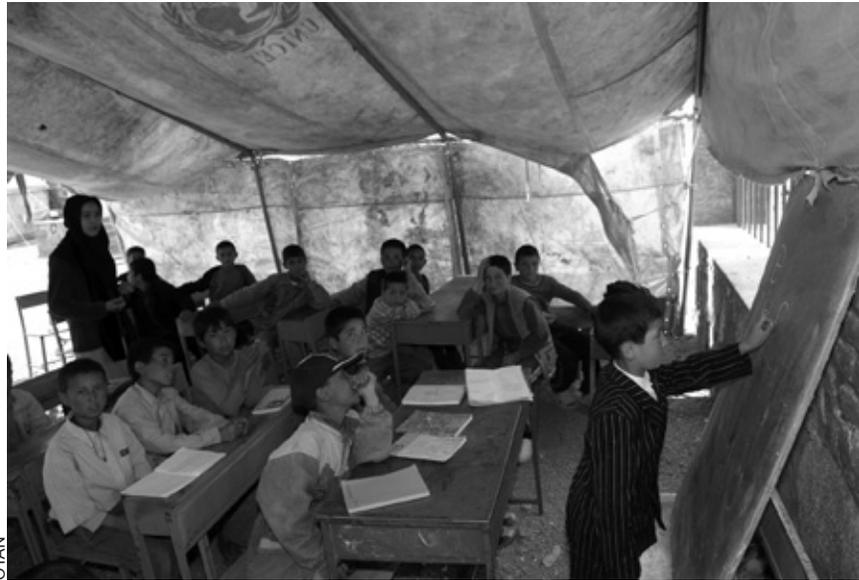
uma leitura maniqueísta das fontes do Islã, quais sejam: o Alcorão e a *Hadith* (ditos e feitos do profeta Maomé).

A gênese do proselitismo islâmico radical tem sua origem no pensamento de Ahmed Ibn Taimiya (1263-1338). No século XIII, o Império Abássida, responsável pela “era de ouro” do Islã, já apresentava sinais de decadência. Em 1258, hordas mongóis conquistaram e destruíram Bagdá, sede do califado. Para Ibn Taimiya, os muçulmanos tornaram-se os principais responsáveis pela sua

própria desventura, pois haviam se desviado da verdadeira fé, corrompendo a religião de *Allah*. Somente um retorno à doutrina da primeira geração de seguidores do profeta Maomé (*salaf*) permitiria recuperar o *status quo* perdido. Atualmente, igual discurso procura justificar a condição de inferioridade (militar, econômica e tecnológica) à qual o mundo muçulmano foi submetido ao confrontar-se com a sanha predatória das potências industriais.

No século XVIII, surgiu, na Península Arábica, um importante movimento ultratradicionalista protagonizado por Mohamed Ibn Abd al Wahhab, dedicado a resgatar a pureza primitiva do Islã. Assim como Ibn Taimiya, Wahhab era um *hanbalita*, isto é, pertencia à mais conservadora das escolas de jurisprudência sunita. Foi a aliança firmada entre Wahhab e Mohamed ibn Saud que viabilizou o advento do Estado saudita em 1924. O fundamentalismo apregoado pelo *wahhabismo*, cuja difusão pelo mundo muçulmano tem sido intensamente patrocinada pelos petrodólares da monarquia saudita, proporcionou uma base teológica adequada ao florescimento de ideias ainda mais radicais.

Na segunda metade do século XIX, a oposição ao neocolonialismo europeu no norte da África, no Oriente Médio, na Índia e no Afeganistão, fez germinar a ideia de criação de um governo



Sob a precária lona da UNICEF, crianças afegãs recebem sua educação, fruto do trabalho das Equipes de Reconstrução Provinciais da Otan.

islâmico independente, regido pela *shari'a* (a lei corânica). Nesse contexto, destacaram-se Jamal al-Din al-Afghâni, Mohamed Abduh, Rashid Rida e Abu al-Ala Mawdudi. Este último, oriundo da escola conservadora *deobandi*, fundou, em 1941, a *Jamaat-e-Islami*, partido político que iria desempenhar destacado papel na criação de um Estado Nacional muçulmano independente da Índia – o Paquistão.

Entretanto, a primeira organização a politizar o Islã, na Idade Contemporânea e dentro do contexto neocolonial dos séculos XIX e XX, foi a Irmandade Muçulmana (*Al-Ikhwân Al-Muslimeen*). Fundada, em 1928, por Hassan Al-Banna, em *Ismailiah*, uma cidade às margens do Canal de Suez, onde se tornara nítida a exploração dos egípcios pelos colonizadores europeus. Ao longo dos anos, a “Irmandade” conseguiu levar sua mensagem universal a outros países do Oriente Médio, transcendendo as fronteiras do Egito e, ainda hoje, exerce grande influência dentro e fora dos círculos fundamentalistas. Militantes da *Al Qaeda*, como Mohammed Atef e Ayman al-Zawahiri, pertenceram à Irmandade Muçulmana. O próprio *Hamas* originou-se da filial palestina dos irmãos muçulmanos.

Desde sua origem, a Irmandade Muçulmana notabilizou-se pela capacidade de organizar as massas e mobilizar jovens descontentes. Ela,

também, tem demonstrado destacado poder de penetração em sindicatos e no meio estudantil, obtendo êxito na intensa educação política e religiosa – a base de sua força. A “Irmandade” dedicou cerca de uma década à sua estruturação, mas, naturalmente, não conseguiu fugir do debate interno sobre duas possíveis linhas de ação: convencimento político ou luta armada. No início dos anos 40, surgiram os primeiros campos (clandestinos) de treinamento militar. Pouco depois, iniciavam-se ações de guerra não convencional.

Em 1949, Hassan Al-Banna foi morto pelo serviço de segurança egípcio. Entretanto, determinados a derrubar o Estado monárquico, os militantes da Irmandade Muçulmana uniram-se aos “Oficiais Livres”, o movimento nacionalista vigente nas forças armadas de onde emergiu a liderança carismática de Gamal Abdel Nasser. Em 1952, o Rei Faruk foi deposto. A nova república laica atraiu a oposição dos fundamentalistas, outrora aliados, que advogavam a criação de um Estado islâmico. Uma vez no poder, Nasser rompeu com a “Irmandade” e perseguiu seus militantes de forma mais obstinada que a própria monarquia. Isso obrigou muitos dos membros da organização a deixarem o país. No exílio, esses militantes, além de difundirem a mensagem

da Irmandade Muçulmana a outros povos do Oriente Médio, passaram a ter contato com grupos extremistas do mundo árabe, o que levou à radicalização da própria organização.

Entretanto, foi na obra do escritor e educador Sayyid Qutb que o discurso fundamentalista ganhou seu tom mais radical. Considerado o grande ideólogo islamita, Qutb ingressou na Irmandade Muçulmana no final da década de 40. Sua principal obra, “Marcos do Caminho”, tornou-se a “bíblia” do islamismo político contemporâneo. Fortemente influenciado pelo pensamento *deobandi* do paquistanês Abu Al-Ala Mawdudi, Qutb inseriu, em seus textos, um virulento ataque contra aquilo que considerava a permissividade degradante da civilização ocidental e “redefiniu” o conceito de *jihād*, fazendo uma apologia cega ao uso da violência em nome de Deus. Se Al-Banna desenvolveu com êxito o modelo islâmico caritativo de mobilização de massas, Qutb delineou os princípios do obstinado combate subterrâneo islamita. Veremos que o êxito tanto do *Hamas* quanto do *Hezbollah* se deve à hábil e equilibrada combinação do trabalho assistencialista de Al-Banna com a “guerra santa” clandestina de Qutb.

Contudo, a ideologia de Qutb permaneceria restrita aos círculos intelectuais superiores. O próprio Ayman al-Zawahiri se vangloriaria do grau de instrução de seus dedicados militantes, graduados em medicina e engenharia. Assim, coube ao xeque palestino Abdallah Yussuf Azzam (membro da Irmandade Muçulmana), carismático e apaixonado apologista da resistência afegã contra a ocupação soviética, popularizar o apelo à *jihād*. Se o discurso de Sayyid Qutb era mais adequado ao perfil do islamita instruído nas universidades do mundo muçulmano, como a célebre universidade de Al-Azhar no Egito, a convocação de Azzam ao martírio nas imponentes montanhas da Ásia Central era dirigida à imensa massa de desvalidos da *umma* (a comunidade islâmica universal).

O Apoio da População na Luta Contra Israel

“Podem ter certeza que a resistência continuará e vamos derrotar o inimigo, o sangue dos nossos mártires não será em vão.”

—Hassan Nasrallah⁸

O Partido de Deus, ou *Hezbollah*, é uma organização fundamentalista xiita, fundada por



Foto da Força Aérea dos EUA. Sgt Russell E. Cooley IV.

Uma evacuada fugindo o conflito entre as Forças de Segurança de Israel as as forças paramilitares de Hezbollah, 27 de julho de 2006.

Abbas Musawi durante a guerra civil libanesa (1975-1983). Sob a orientação espiritual de Mohammed Hussein Fadlallah e a liderança carismática de Sayyed Hassan Nasrallah e Imad Fayez Mugniyah, o *Hezbollah* desempenhou destacado papel na luta contra a permanência de forças israelenses no sul do país, iniciada em 1982 – fato que lhe conferiu grande prestígio em todo o mundo muçulmano. Quando o governo de Telavive determinou a retirada de suas tropas, em maio de 2000, a desocupação militar que se seguiu foi vista como uma vitória inédita da tenaz resistência movida pelo *Hezbollah*. O Partido de Deus alcançou, por meio da guerra irregular, aquilo que nenhum exército nacional ou outra organização militante do mundo islâmico fora capaz de realizar, até então. Pela primeira vez, desde 1948, os muçulmanos conseguiram forçar os israelenses a cederem território. Após a retirada das Forças de Defesa de Israel (FDI), o *Hezbollah* não declinou da luta armada, mas reestruturou-se como um partido político legítimo, conquistando assentos no parlamento e vencendo 60% das eleições municipais no sul do país. A organização dispõe de uma vasta rede de serviços sociais e possui, ainda, a emissora de televisão *al-Manar* (o farol). Por tudo isso, o *Hezbollah* conta com o sólido apoio da população xiita – a maior do Líbano. A colaboração formal dos governos da Síria e do Irã, além de fundos, lhe assegura farto suprimento de material bélico, o que inclui mísseis e foguetes de curto e médio alcances, que têm fustigado incessantemente alvos civis em território israelense.

O Movimento da Resistência Islâmica (*Harakat Muqawama Islamiyya*), ou simplesmente *Hamas*, é a maior e mais influente organização fundamentalista palestina. Sua origem remonta ao ano de 1946, com a criação de uma filial palestina da Irmandade Muçulmana em Gaza. Ainda sem a atual denominação, o movimento sunita desenvolveu um trabalho lento, porém, contínuo e metódico de instrução dogmática e assistência social. Em 1973, com o propósito de coordenar suas atividades políticas, foi criado pelo famoso *Sheikh* paraplégico, Ahmed Yassin, o Centro Islâmico que viabilizou, ao longo da década de 1970, a expansão de seus quadros e de sua infraestrutura, levando-a também à Cisjordânia. Nos seis anos seguintes, foram

gerados mecanismos de ação e realizada a preparação para a luta armada. Com a eclosão da primeira *intifada* em dezembro de 1987, surgiu o *Hamas*. Em janeiro de 2006, o *Hamas* sagrou-se vencedor das eleições para o Conselho Legislativo Palestino, derrotando os nacionalistas da *Fatah*.

Não se pode ignorar o fato de que a excessiva ênfase dada pelo Estado de Israel ao emprego de seu poderio bélico convencional contribuiu para a adesão à luta armada dos desafortunados palestinos e xiitas libaneses. Na verdade, os paupérrimos campos de refugiados na Cisjordânia, na faixa de Gaza e no sul do Líbano representam solos férteis, permeáveis ao proselitismo radical, onde germinam as sementes da violência que se perpetua por décadas a fio de forma ininterrupta. Dentro desse contexto, tanto o *Hamas* quanto *Hezbollah* têm se notabilizado pelos êxitos alcançados junto às suas respectivas bases de apoio popular. Distinguem-se, por exemplo, de organizações como a *Jihad* Islâmica Palestina, cuja política está calcada, quase exclusivamente, em ações armadas. A linha de persuasão adotada pelo *Hamas* e pelo *Hezbollah* fundamenta-se no intenso uso de ataques idiossincráticos contra Israel combinados com a ideia de “reformatar as almas e iluminar as mentes”⁹ dos muçulmanos, restituindo-lhes a esperança por meio da restauração da fé islâmica. De acordo com Khaled Hroub, para quem o trabalho social do *Hamas* constitui seu recurso estratégico mais valioso:

“Aos olhos palestinos, o Hamas tem conseguido traçar um caminho paralelo e harmonioso tanto em relação ao confronto militar contra a ocupação israelense quanto aos trabalhos sociais voltados para as camadas mais desfavorecidas, mobilização religiosa e ideológica e relações públicas com outros Estados e movimentos.

(...) Os trabalhos realizados nas camadas menos favorecidas sempre foram a principal característica do Hamas. Seu crescimento incontrolável nos últimos 20 anos e subsequente triunfo sobre as facções palestinas são atribuídos ao seu sucesso no trabalho social. Esse trabalho se caracteriza por oferecer a educação, saúde e serviços de assistência social estruturados e auxílio aos pobres. Por intermédio de poderosas e abrangentes redes

*de caridade – mesquitas, sindicatos, escolas, clubes esportivos – a assistência e proteção do Hamas às pessoas carentes têm sido experimentadas pessoalmente por centenas de milhares de palestinos. O oferecimento desses serviços também foi marcado pela honestidade e transparência, que igualmente sempre foi comparado com o desempenho corrupto das outras principais facções palestinas, particularmente a Fatah, que controlou a Autoridade Palestina desde 1994. A popularidade do Hamas e sua vitória nas eleições de 2006 são ao menos parcialmente uma consequência de sua constante dedicação em ajudar a população carente.”*¹⁰

O pragmatismo demonstrado pelos líderes do Hamas e do Hezbollah os obriga a levar em conta os resultados psicológicos de suas ações políticas, sociais e militares, produzindo uma abordagem da guerra, não como mero evento político na estrita acepção ocidental de Clausewitz, mas, de forma mais abrangente, como fenômeno sócio-cultural – descrito por Sayyid Qutb como “guerra santa”. Observa-se, por exemplo, que suas operações de martírio (um eufemismo para atentados suicidas) não são aleatórias. Ao contrário, são criteriosamente concebidas e executadas com vistas a proporcionar um impacto psicológico muito maior que seus danos físicos imediatos. Para o Capitão Daniel Helmer, do Exército dos Estados Unidos:

“As pessoas do Ocidente continuaram a considerar esses eventos como evidência de um fanatismo islâmico sem propósito. Contudo, a decisão do Hezbollah de utilizar ataques suicidas foi tudo, menos irracional... Os líderes do Hezbollah identificaram cedo as metas políticas que queriam realizar no Líbano.

(...) O Hezbollah empregou os homens-bomba em uma série limitada de circunstâncias onde planejou tirar mais vantagens. Frequentemente, o uso judicioso da tática evidentemente resultou na consecução bem-sucedida das metas político-militares.

(...) O Hezbollah transformou a imagem dos ataques suicidas em paradigmas de resistência... Os profícuos louvores recebidos pelos mártires... inspiraram o reconhecimento internacional do Hezbollah como a resistência

*legítima do Líbano... Esse tipo de ataque transformou-se em uma ferramenta eficaz de propaganda, se tornou o símbolo que definiu um movimento e aqueles que apoiavam suas metas, legitimou os membros do Hezbollah como os representantes da resistência.”*¹¹

Na palestina, produtos que fazem apologia ao martírio, criados especificamente para o público infantil, somam-se à ausência de perspectivas que impera no seio da população carente e à destruição que se segue às frequentes retaliações promovidas pelas FDI. Dessa forma, crianças são ornadas de homem-bomba para o regozijo de seus próprios pais, que almejam, algum dia, vê-las martirizadas nas fileiras da *Izzedin al-Qassam* – a ala militar do Hamas.

A competência para identificar oportunidades de difundir mensagens e ideias-força, explorando-as com maestria, também pode ser ilustrada pelo ataque de foguetes que se seguiu ao término da intervenção israelense no Líbano no verão de 2006. Naquela ocasião, as FDI lançaram uma ofensiva com o propósito explícito de desmantelar a estrutura militar do *Hezbollah*, destruindo o poderoso arsenal da organização xiita de Hassan Nasrallah. Quando a resolução 1701 do Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu um cessar-fogo e determinou a retirada do contingente israelense do território libanês (aproximadamente 10.000 homens), o *Hezbollah* desferiu um derradeiro ataque de foguetes contra o solo de Israel. Seu efeito destrutivo e, por conseguinte, seus resultados táticos foram irrelevantes. Entretanto, sua mensagem clara e inequívoca ecoou por todo mundo muçulmano, alcançando objetivos psicológicos no nível estratégico: se a guerra tinha por meta impor uma derrota militar ao *Hezbollah*, os israelenses fracassaram, pois o braço armado da organização sobreviveu ao peso da ofensiva inimiga – mais uma vez, todo poderio bélico das FDI foi ineficaz diante da determinação do Partido de Deus.

O pragmatismo do *Hezbollah* também pôde ser observado, após os intensos bombardeios israelenses de julho de 2006, nos trabalhos de reconstrução executados pela ala denominada *Jihad al-Bina*. De acordo com Erik Claessen:

“... ‘O governo pode fazer obras em pontes e estradas, mas quando chega a hora de

LUTA PELO APOIO DA POPULAÇÃO	
Linha de persuasão ocidental:	Linha de persuasão islâmica:
“Conquistar Corações & Mentes”	“Reformar as Almas & Iluminar as Mentes”
Doutrina britânica – legada da bem-sucedida contra-insurgência britânica na Malásia, durante a década de 1950 (Generais Harold Briggs e Gerald Templer).	Doutrina egípcia – legada da experiência da Irmandade Muçulmana na primeira metade do século XX (Hassan Al-Banna).
CG: população civil	
Objetivo: conquistar o apoio (ativo e passivo) da população local	
A degradação do quadro político, social e econômico gera um ambiente pernicioso, favorável à disseminação do discurso sectário e à manifestação da violência social (como o banditismo) e/ou da violência política (como o terrorismo e outras formas de combate irregular).	
População local: (situação em que se encontra) <ul style="list-style-type: none"> • necessidades básicas não atendidas; • estado de frustração psicológica; • quadro de indignação atual; • ausência de perspectivas futuras; e • suscetibilidade ao proselitismo radical. 	
Ênfase na propaganda	Ênfase na doutrinação ideológica
Restaurar a esperança, proporcionando melhoria nas condições de vida da população local.	Restaurar a esperança por meio da restauração da fé.
Operações de informações: <ul style="list-style-type: none"> • operações psicológicas (Psychological Operations - Psyc Ops); • assuntos civis; • cooperação civil-militar (Civilian Military Cooperation - CIMIC); • comunicação social, informações públicas, relações públicas e divulgação institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ações caritativas em todas as áreas e esferas da vida social: educação, saúde, habitação, infraestrutura básica (água, esgoto, luz, coleta de lixo etc.), redistribuição de renda e equidade social. • Trabalho de massa desenvolvido em organizações filantrópicas, escolas, mesquitas, sindicatos, clubes esportivos e movimentos sociais. • Infiltração nos círculos intelectuais e agremiações estudantis. • Busca de representatividade política.
Propósito: isolar a população civil das forças irregulares, deslegitimando o discurso sectário e tornando os habitantes locais imunes ao proselitismo radical.	Propósito: mobilizar todos os segmentos sociais.
Busca a legitimação do poder central.	Busca deslegitimar o poder central laico por meio da edificação de hierarquias paralelas e pelo eficaz fornecimento de serviços básicos que deveriam ser prestados, em tese, pelo próprio Estado.
Pragmatismo político que se traduz em objetivos de campanhas psicológicas.	Pragmatismo psicológico que se traduz em ações políticas, sociais e militares.
No campo militar, produz uma abordagem da guerra como fenômeno político (Clausewitz): COIN	No campo militar, produz uma abordagem da guerra como fenômeno sócio-cultural (Sayyid Qutb): JIHAD
A Barreira Cultural constitui um obstáculo de vulto que exige um considerável esforço para a sua superação, acentuando, dentre outros aspectos, a importância da <u>inteligência etnográfica</u> e a necessidade de prover <u>adestramento cultural</u> à tropa empregada na contra-insurgência.	A Identidade Cultural opera como um catalisador, permitindo a superação de arraigados antagonismos, como a histórica divergência entre sunitas e xiitas, por exemplo.
Exemplo: esforços despendidos pelas tropas norte-americanas desdobradas no Iraque.	Exemplo: Hamas (sunita palestino) e Hezbollah (xiita libanês).

Tabela 1 – quadro resumo

reconstruir casas, o Hezbollah desempenha um grande papel'. Embora obras em estradas e pontes produzam mais para a restauração de uma economia independente e aumento da autossuficiência que o conserto de casas é este último que proporciona o apoio popular. Os ocidentais sempre tentam reduzir a dependência do povo de assistência, enquanto as insurgências jihadistas enfocam sua linha de operações logísticas de serviços básicos no fornecimento de assistência diretamente ao povo. Como resultado, frequentemente as pessoas consideram ocidentais indiretos e frios, por isso eles associam as insurgências jihadistas com calor humano e conforto. Além do mais, a dependência contínua do público à assistência prestada pela insurgência jihadista é uma vantagem e não uma desvantagem.”¹²

Dessa forma, *Hamas* e *Hezbollah* têm, ao longo das três últimas décadas, logrado arrebatar o apoio da população que lhes é tão caro. Seus êxitos, que podem ser mensurados até mesmo pelo processo eleitoral, respaldam a proficiência de seus métodos e se fazem merecedores da atenção de todos os profissionais militares do século XXI, sobretudo porque a linha de persuasão islamita, de fato, distingue-se da concepção ocidental de “corações e mentes”, conforme sintetiza a tabela 1.

Conclusão

Desde o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a importância atribuída ao apoio da população vem aumentando consideravelmente. Analistas creem que, nos conflitos do século XXI, a postura, as tendências e as suscetibilidades dos diversos públicos-alvo existentes dentro e fora de uma área conflagrada ou de um teatro de guerra continuarão a desempenhar um papel decisivo. As campanhas militares hoje em curso no Oriente Médio e na Ásia Central corroboram essa assertiva.

A ascensão dos órgãos de imprensa, a onipresença da mídia, a universalização da informação digital, o acesso irrestrito aos meios de comunicação de massa, o fortalecimento de identidades culturais locais, a pressão demográfica e a atuação cada vez mais expressiva de atores não-estatais contribuem para tornar, dia após dia, o desafio de angariar o apoio popular

uma tarefa mais difícil e complexa. Assim sendo, constitui um grave erro supor que a vitória na luta por “corações e mentes” possa ser obtida por meio da farta disseminação de cartazes, doces e sorrisos. Operações psicológicas não podem, jamais, ser confundidas com mera panfletagem. Nesse mesmo sentido, é um equívoco acreditar que uma competente agência civil de propaganda e marketing seja, por si só, capaz de atender ao vasto repertório de ações necessárias para cooptar o apoio ativo e/ou passivo das massas.

Uma comparação sumária entre os preceitos que norteiam a doutrina ocidental de “corações e mentes” e os métodos bem-sucedidos aplicados pelo *Hamas* e pelo *Hezbollah* na guerra contra Israel nos permitiu refletir sobre a complexidade da luta pelo apoio da população nos conflitos do século XXI. Ambas as linhas de persuasão tiveram, ao longo das últimas décadas, sua eficácia testada, atendendo adequadamente a seus propósitos. Portanto, o cerne do problema para futuros desdobramentos de tropas consiste em tornar factíveis essas ideias, colocando-as efetivamente em prática. No combate moderno, a batalha decisiva será travada na “estreita faixa do terreno compreendida entre os ouvidos do público-alvo” – um tipo de “terreno” que se mostra muito pouco tolerante ao erro. Contudo, até mesmo lá, constata-se que a guerra continua sendo um confronto de vontades, que rejeita o empirismo e a superficialidade, porquanto exige habilidade, competência e rígido profissionalismo. **MR**

REFERÊNCIAS

1. CLAUSEWITZ, Carl Von., “Da Guerra”, Martins Fontes, 1979, p. 75.
2. CLAUSEWITZ, Carl Von., *Ibid*, p. 91.
3. CLAUSEWITZ, Carl Von., *Ibid*, p. 93.
4. CLAUSEWITZ, Carl Von., *Ibid*, p. 91.
5. Citado por FULLER, J. F. C., “A Conduta da Guerra”, Bibliex, 1966, p. 75.
6. BEVIN, Alexander, “A Guerra do Futuro”, Bibliex, 1999, p. 166.
7. AYLWIN-FOSTER, Nigel, “Mudar o Exército para as Operações de Contra-Insurreição”, *Military Review*, Março - Abril 2006, Ed. Brasileira, p. 21.
8. Discurso proferido durante o funeral de Imad Fayed Mugniyah (líder da ala militar do *Hezbollah*), Agência BBC Brasil.Com, 14 de fevereiro de 2008, www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc.
9. GARCÍA, Leopoldo G., “El Islan Moderno. Las Fuentes II”, *Revista Ejército*, Junio 2005, número extraordinario 771, p. 59.
10. HROUB, Khaled, “Hamas - Um Guia Para Iniciantes”, *Difel*, 2006, pp. 8 e 102.
11. HELMER, Daniel, “O Emprego de Terroristas Suicidas pelo Hezbollah Durante a Década de 80: Desenvolvimento Teológico, Político e Operacional de uma Nova Tática”, *Military Review*, Novembro - Dezembro 2006, Ed. Brasileira, pp. 67, 68, 70 e 72.
12. CLAESSEN, A. Erik, “Serviços Imprescindíveis e Sangue: A Importância dos Serviços Básicos na Batalha entre Insurgentes e Contra-Insurgentes”, *Military Review*, Julho - Agosto 2008, Ed. Brasileira, p. 68.